# Aula 6

## **URBANIZAÇÃO NO BRASIL**

#### **META**

Refletir sobre as características da urbanização brasileira como fundamento para a compreensão da organização do território e das políticas de planejamento e desenvolvimento do país.

#### **OBJETIVOS**

Ao final desta aula, o aluno deverá:
Analisar as características da urbanização brasileira como consequência de
um processo evolutivo da organização econômica e política do país e do globo.
Compreender o significado da função das cidades na rede urbana.
Identificar as principais características da urbanização brasileira como
base para entender os seus problemas.

#### **PRÉ-REQUISITOS**

Aula 5 - Dinâmica da população brasileira

Debora Barbosa da Silva

## **INTRODUÇÃO**

Caros (as) alunos (as),

A cidade se destaca como um núcleo onde se manifestam em sua estrutura serviços essenciais de infra-estrutura e alocação de atividades econômicas exclusivas. As cidades brasileiras apresentam uma dinâmica evolutiva de características que em momentos diferentes da história econômica do Brasil apresentaram funções diferentes na organização territorial nas diversas regiões brasileiras.

Atualmente, as cidades brasileiras apresentam peculiaridades distintas marcadas pela concentração de população do município em um aglomerado urbano, onde está presente o centro político-administrativo do território municipal onde o setor de serviços é mais dinâmico atraindo migrantes e atividades tanto do setor secundário quanto do terciário. Desse modo, utilizaremos das características da urbanização brasileira para compreender a dinâmica da organização do território brasileiro.



(Fonte: http://2008.jornaldacidade.net).

## A URBANIZAÇÃO BRASILEIRA

A cidade é considerada um aglomerado definido por número de habitantes e por atividades específicas desenvolvidas por eles. Estas atividades estão caracterizadas como não-agrícolas e concentram aquelas atividades do setor terciário privadas e públicas associadas a uma organização física de espaços edificados sem intercalações de grandes espaços vazios e deve ser construída em locais cujas condições de segurança para o crescimento são fvoráveis. Os serviços criados nas cidades são administrados pelo Poder Público onde está o centro da organização política da sociedade.

Ver glossário no final da Aula

O estudo da cidade vai além do **sítio urbano**. Contudo, o estudo do sítio urbano possibilita compreender o espaço físico do ambiente urbano com sua estrutura geológica e o sistema de drenagem superficial e subterrrânea que influenciam nas construções da infra-estrutura de obras como sistema viário (metrô) e saneamento (escoamento das águas pluviais)

O surgimento e o crescimento de uma cidade depende de vários fatores como a posição do sítio urbano em relação às demais localidades, a configuração do relevo que pode facilitar ou dificultar a expansão da rede viária e das habitações bem como a articulação com outras localidades que facilitaria o comércio e a prestação de serviços.

A infra-estrutura das cidades podem originar inadequações no sítio urbano como acúmulo de efluentes e lixo urbanos, emissão de gases tóxicos e ruídos emitidos por industrias e circulação de veículos automotores. O espaço da cidade onde está situada estas inadequações às condições de vida, geralmente, são ocupados pela população de baixa renda.

Os estudos sobre a cidade, atualmente, vão além da **morfologia** e do sítio urbanos e estão voltados para o planejamento do território, além da produção e apropriação do espaço em função das estrtura social e das condições sociais.

A paisagem urbana evidencia a segregação espacial e social através da tipologia das habitações e das características de infra-estrutura dos bairros retratando a renda das famílias, surgindo dentro da cidade espaços de dominação e espaços de subordinação. O acesso aos serviços públicos básicos e a qualidade da prestação dos serviços como transporte, iluminação pública, saúde, educação, segurança, saneamento na cidade estão vinculado à condição social dos habitantes.

A evolução das relações capitalistas de trabalho possibilitaram o processo de **urbanização** no Brasil e a moradia ficou condicionada ao mercado imobiliário passando a se concebida como uma mercadoria cara, cuja aquisição garante a sobrevivência da população e, por isso, tornou-se alvo da **especulação imobiliária**.

Com o processo de urbanização e a atuação da especulação imobiliária, dentro da mesma cidade, os espaços podem ser apropriados respeitando ou não a legislação urbana e ambiental, além de outras leis pertinentes. O espaço cuja apropriação ocorre dentro das normas técnicas de construção e de propriedade regularizada pelo Estado é denominado espaço legal. Porém o espaço adquirido de forma irregular baseado em apropriações clandestinas de terrenos públicos e privados, geralmente, pela população de baixa renda que necessita de um local para moradia e, por isso são estabelecidos de forma precária e com construções fora das normas técnicas é chamado de espaço ilegal.

A urbanização no Brasil pode ser analisada a partir de parâmetros como as relações do sistema econômico, o crescimento das cidades e sua situação no território,ou seja, a **função urbana** que apresenta nas relações que estabelece com outras cidades e sua hierarquia (importância, influência). Esta situação no território está relacionada aos processos socioeconômicos associados a fatores produtivos de um centro de formação e distribuição de valores, fluxos de rendimentos, intensidade das atividades de produção e consumo, isto é, o dinamismo da função econômica da cidade.

Desse modo no Brasil, pode-se destacar alguma cidades que tiveram o crescimento urbano influenciado por uma posição privilegiada na relação com outras cidades como São Paulo, Recife e Belém.

São Paulo foi privilegiada desde o período colonial, centralizando atividades econômicas relacionadas ao café em razão de sua situação favorecida pelo relevo no qual se encontra, pois possibilitou a passagem dos eixos ferroviários de origem no norte e oeste do estado em direção ao Porto de Santos.

As cidades de Belém e Recife estão situadas, respectivamente, nos estuários dos rios Amazonas e Capibaribe nos quais foram implantados portos para escoamento de produção comercial constituindo *hinterlands*. Em Pernambuco, Olinda destacava-se como centro político e administrativo do Nordeste no período colonial, porém em razão do comércio bem sucedido de Recife, esta trasnformou-se no centro do poder econômico e político da região.

O grau de importância de uma cidade está vinculada a função (política, financeira, industrial, comercial etc.) que exerce no interior da **rede urbana**. A importância de uma cidade na **hierarquia urbana** é maior ou menor segundo o número e o grau de importancia das relações que estabelece com outras cidades que possibilita classificá-la como cidade grande, média ou pequena.

Na hierarquia urbana, as cidades grandes como São Paulo e Brasília constituem centros financeiros e político-administraticos, além de possuirem serviços especializados (assistência tecnológica de ponta, medicina, serviços de manutenção, dentre outros) atraindo as cidades pequenas que, de modo geral, tem atividades ligadas à zona rural e a operações comerciais.

SCARLATO (2009) cita Rocherfor, George e Kayser como destaques na Geografia no estudo das regiões polarizadas que, dentro da rede urbana, é o arcabouço formado pelas relações socioeconômicas no interior do qual se estruturam as hierarquias urbanas, destacando uma cidade como centro de comando.

O planejamento territorial visa o ordenamento do território para um crescimento equilibrado, além de propiciar o desenvolvimento de espaços pouco dinâmicos do ponto de vista econômico. Desse modo, pode-se identificar apatir das funções das cidades, áreas potenciais para se tornarem centros de comando e propagar o crescimento em detrimento de outras, além de exercer maior influência, isto é, polarizar as cidades ao seu redor.

No Brasil, apesar da redução do crescimento populacional, o êxodo rural propiciou uma urbanização acelerada caracterizada pelo aumento das atividades dos setores secundários e terciário da economia e redução do setor primário.

As caracteríaticas físicas do sítio das cidades influencia a **morfologia urbana** e sua evolução. A cidade de Brasília foi favorecida pela instalação de grandes eixos do sistema viário que delimita as superquadras em razão da topografia aplanada. Já o Rio de Janeiro e Salvador são cidades antigas e que tiveram que adequar o plano urbano ao aumento da circulação de automóveis com a constução de túneis, aterros, viadutos devido às irregularidades do relevo.

Desse modo pode-se concluir que o sistema de circulação viária das cidades tem grande inflência na distribuição do uso e da ocupação no espaço urbano, por exempo: o centro da cidade concentra as atividades terciárias (serviços privados e públicos) enquanto que as demais áreas apresentam-se com a função residencial, industrial etc.

Com a industrialização fomentada a partir da década de 50 ocorreu o crescimento acelerado das cidades brasileiras e a desativação da função de antigos centros que perdem as características originais da paisagem e da interação social em razão da busca de novas áreas para crescer e implantar serviços mais modernos. Como exemplo pode citar São Paulo com o surgimento da nova avenida Paulista e da avenida Faria Lima e no Rio de Janeiro com o crescimento de Cobacabana como um subcentro.

Atualmente países como o Brasil tem procurado normatizar as formas de uso e ocupação do solo urbano através da criação de uma legislação específica com o propósito de evitar a descaracterização das paisagens urbanas e a perda da identidade das cidades.

## A METROPOLIZAÇÃO BRASILEIRA

Nos últimos anos, o crescimento das regiões metropolitanas é uma das principais características da urbanização no Brasil como consequência da descentralização da industrialização que propiciou a disseminação do fluxos migratórios no país.

Para SCARLATO (2009) metrópole significa, etimilogicamente, cidademãe, porém este termo é muito utilizado com o significado de grande cidade, mas só deve ser aplicado às cidades grandes que apresentam crescimento fora do seu perímetro urbano englobando aglomerados rurais e outras cidades, possibilitando o desaparecimento dos limites físicos entre os diferentes núcleos urbanos – conurbação.

O conceito de metrópole também está associado ao espaço que apresenta um cento histórico onde ocorrem a diversificação de serviços e o sugimento de novos subcentros, engloba várias administrações político-administrativas autônomas e apresenta uma conexão entre espaços onde a circulação de veículos caracteriza um fluxo pendular que atravessa mais de uma cidade.

SCARLATO (2009) A metrópole é a cidade associada ao seu espaço de conurbação formando um espaço complexo integrado denominado região metropolitana.

A metropolização representa um processo intenso de centralização espacial que no período anterior a Segunda Guerra já foi verificada nos países centrais. Contudo, no Brasil, apenas com a industrialização e apartir da segunda metade do século XX surgiram as regiões metropolitanas como consequência da concetração das atividades secundárias e terciária e a expansão dos centros urbanos de crescimento econômico, isto é, dos pólos regionais.

Nas regiões metropolitanas, a grande concetração populacional amplia os problemas urbanos como oferta de emprego, habitação, prestação de serviços de transporte coletivo, saneamento, segurança, dentre outros. Desse modo, o IBGE realiza estudos dessas áreas urbanas e sua relação com as redes de cidades para compreender a estrutura territorial do Brasil, diagnosticando as vantagens e necessidades para alocação de atividades econômicas e sociais e a sua distribuição territorial.

O IBGE (2008) definiu uma classificação hierárquica dos espaços urbanos brasileiros baseada na rede viária, fluxo de passageiros, fluxo de bens e seviços entre os centros do país e prestação de serviços como educação, saúde e bancos. Foram hirarquizadas as categorias metrópole, capital regional, centros sub-regionais, centro de zona, centro local. As metrópoles são identificadas pelos 12 principais centros urbanos do País, com grande porte, fortes relacionamentos entre si e, em geral, extensa área de influência direta que se apreenta subdividida:

a. Grande metrópole nacional – São Paulo, o maior conjunto urbano do País, com 19,5 milhões de habitantes, em 2007, e no primeiro nível da gestão territorial;

b. Metrópole nacional – Rio de Janeiro e Brasília, com população de 11,8 milhões e 3,2 milhões em 2007, respectivamente, também estão no primeiro nível da gestão territorial. Juntamente com São Paulo, constituem foco para centros localizados em todo o País;

c. Metrópole – Manaus, Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Curitiba, Goiânia e Porto Alegre.

Segundo o Observatório das Metrópoles (2011), o conceito de metrópole e região metropolitana é variável. A Lei Complementar 14 da Constituição de 1967 possibilitou a criação das primeiras regiões metropolitanas no Brasil pelo governo federal apartir de 1973. Com a Constituição de 1988, os governos estaduais passaram a assumir a responsabilidade pela criação e organização das regiões metropolitanas. Desde então, o número de RMs (Regiões Metropolitanas) oficiais passa por alterações alterações através da inserção e exclusão de municípios. Hoje, no Brasil são contabilizadas 35 regiões metropolitanas (RMs) e 3 regiões integradas de desenvolvimento econômico (RIDE's) que abrangem 444 municípios distribuídos de 22 estados.

Quadro 1: Regiões Metropolitanas segundo as Grandes Regiões - 2010				
Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro Oeste
Belém (PA) Macapá (AP) Manaus (AM)	Aracajú (SE) Agreste (AL) Cariri (CE) Fortaleza (CE) Grande São Luís (MA) João Pessoa (PB) Maceió (AL) Natal (RN) Recife (PE) Ride Petrolina/Juazeiro Ride Teresina/Timon Salvador (BA) Sudoeste Maranhense (MA)	Baixada Santista (SP) Belo Horizonte (MG) Campinas (SP) Grande Vitória (ES) Rio de Janeiro (RJ) São Paulo (SP) Vale do Aço (MG)	Carbonifera (SC) Chapecó (SC) Curitiba (PR) Florianópolis (SC) Foz do Itajaí (SC) Lages (SC) Londrina (PR) Maringá (PR) Norte/Nord Catarinense (SC) Porto Alegre (RS) Tubarão (SC) Vale do Itajaí (SC)	Goiânia (GO) RIDEDF* Vale do Rio Cuiabá (MT)
3	13	7	12	3
38				

(Fonte: http://www.observatoriodasmetropoles.net).

A região metropolitana de Sergipe – Grande Aracaju foi instituída através da Lei Complementar Estadual Nº 25 instituída em 29 de dezembro de 1995. Atualmente a Grande Aracaju é constituída pelos municípios de Aracaju, Barra dos Coqueiros, Itaporanga D'ajuda, Laranjeiras, Maruim, Nossa Senhora do Socorro, Riachuelo, Santo Amaro das Brotas e São Cristóvão.

O termo"metropolitanos", é utilizado para os aglomerados urbanos que polarizam o território brasileiro nas escalas nacional, regional e local, além de hierarquizar os municípios abarcados pelas RM´s segundo o grau de integração com a dinâmica metropolitana (Observatório, 2009). Nem todas as regiões metropolitanas foram instituídas baseadas neste princípio.

O Censo Demográfico 2010 realizado pelo IBGE apresenta informações sobre um país mais urbano diagnosticado pelo aumento da população das regiões metropolitanas oficiais que chegou a 85.406.427 habitantes, sendo que destes, 69.115.806 estão concentrados em 15 destas regiões que podem ser considerados de fato metropolitanos.

As metópoles são cidades grandes na rede urbana que controlam os fluxos de capital, mercadorias e pessoas polarizando centros urbanos menores, além de se apresentarem como centros de convergência da rede de transporte, com uma concentração de funções e de população assim como problemas econômicos, políticos e sociais.

As regiões metropolitanas e os centros regionais polarizam varias redes de cidades sob sua influência, extrapolando os limites político administrativos dos Estados, portanto para realizar o planejamento público deve-se considerar que alguns municípios apresentam influencia econômica de um centro polarizador que pode estar no mesmo ou em outro Estado.

As grandes cidades têm o cresimento influenciado pela demanda de espaço propiciando a incorporação de novos territórios, o adensamento do espaço já ocupado, a ampliação horizontal das áreas periféricas e a verticalização das áreas centrais. O crescimento descontrolado das metrópoles, principalmente nos países periféricos, propicia a precarização da prestação dos serviços urbanos bem como o aumento de habitações precárias.

A especulação imobiliária nas regiões metropolitanas levam a **verticalização** do centro aproveitando de toda infra-estrutura urbana já existente, além da ocupação da periferia pela classe de baixa renda caracterizando a expansão horizontal da cidade que apresenta condições precárias de infra-estrutura e assentamentos humanos irregulares, tendo por consequência problemas jurídicos de propriedade da terra por meio da ação inescrupulosa da venda de terrenos públicos e privados.

Muitas vezes, o centro da cidade e os espaços dos bairros ao seu redor se deteriora em razão do adensamento, da baixa qualidade ambiental, da precariedade dos serviços, da intensidade do trânsito, da poluição sonora, visual, do ar. A queda da qualidade de vida leva a população de melhor renda a refugiarem-se longe do centro em condomínios fechados situados nos limites externos da cidade com acesso de transporte individual em boas estradas. No centro ocorre a ocupação pela população de baixa renda que transforma os prédios em cortiços.

O centro da cidade é uma área que marcada pela dinâmica do trabalho, elevados alugueis (muitas vezes o metro quadrado de cortiços é bastante caro) e ausência de condições para circulação e estacionamento de veículos, porém a população residente de baixa renda considera como vantagem a economia de dinheiro com transporte. Em contrapartida surgem novos centros, mais modernos com vias públicas amplas e adaptadas as consições da modernidade.

O cresimento da periferia nas cidades brasileiras, geralmente, é acompanhado de problemas. O transporte coletivo insuficiente obriga o trabalhador a percorrer longas distâncias, perdendo muito tempo no deslocamento e nos congestionamentos de trânsito em horario de pico, originando desgaste das condições físicas do trablahdor e redução da produtividade no trabalho.

No Brasil, existe uma legislação específica para as cidades como a Lei Federal 6766/79 – Lei Lehmann, para disciplinar o espaço urbano atravéS do impedimento à proliferação das atividades imobiliárias clandestinas e evitar a expansão desordenada das periferias das metrópoles. Além disso, os municípios com mais de 20 mil habitantes são obrigados a elaborar o Plano Diretor Municipal estabelecendo normatizando o uso do solo urbano através da criação de leis de zoneamento para controlar as intervençoes imobiliárias e orientar a verticalização, além de preservar a paisagem urbana e a qualidade de vida da população.

## **CONCLUSÃO**

Nesta aula se podem observar que a população brasileira apresenta características que variam ao longo do tempo concomitantemente com as transformações econômicas, políticas em nível local, regional e global. Importante se faz conhecer a população brasileira em todos os seus aspectos tendo em vista os dados estatísticos não revelam as reais dificuldades e mazelas vividas pela população, mas pode-se utilizá-los para tentar avaliar científicamente através da estatística algumas caracteríticas que auziliam na análise e compreensão das condições de vida do brasileiro a partir de indicadores sociais.



#### **RESUMO**

Nesta aula vimos que a estagnação econômica da zona rural possibilita um incremento da população urbana e respectivo processo de urbanização. Diante deste fato vários problemas são constatados como o abandono do centro da cidade com o surgimento de novos centros, problemas de infraestrutura urbana e de prestação de serviços públicos, além da verticalização do centro e ampliação dos perímetro urbano para a periferia que interferem na qualidade de vida da população.



Relacione as principais características da população brasileira.



Na próxima aula estudaremos o Estado brasileiro.



Você deverá, ao término desta aula, conhecer as principais características da urbanização brasileira e do estado de Sergipe na atualidade.

## REFERÊNCIAS

EGLER, C. A. G. Subsídios à caracterização e tendências da rede urbana do Brasil. Configuração e dinâmica da rede urbana. Disponível em http://www.laget.igeo.ufrj.br/egler/pdf/Redeur.pdf - Acesso em 12 de janeiro de 2008.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais 2010.** Disponível em: http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=se&tema=sis\_2010. Acesso em: julho de 2011.

\_\_\_\_. Regiões de Influência das Cidades – 2008 IBGE mostra a nova dinâmica da rede urbana brasileira. Disponível em :http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia\_visualiza.php?id\_noticia=1246. Acesso em agosto de 2011.

SILVA, E. T. Censo 2010: As Metrópoles na Dinâmica Demográfica. Fevereiro, 2011 Disponível em: http://www.observatoriodasmetropoles.net/download/metropoles\_censo.pdf. Acesso em: agosto de 211. http://www.sedurb.se.gov.br/modules/tinyd0/index.php?id=85 SANTOS, MILTON. A urbanização brasileira. São Paulo: HUCITEC, 1993.

#### **GLÓSSARIO**

Sítio urbano: espaço físico formado pelos quarteirões, sistemas viários, funções socioeconômicas.

Morfologia: traçado do plano da cidade.

Urbanização: crescimento da população urbana.

Especulação imobiliária: compra e venda de mercadoria com a finalidade de obter lucros altos e rápidos.

Função urbana: a representa o significado da cidade diante da estrutura econômica, indicando as principais atividades desenvolvidas.

Hinterlands: área de influência de uma cidade.

Rede urbana: interação entre as funções exercidas pela cidades.

Hierarquia urbana: importânica das relações que uma cidade estabelece com outras na rede urbana.

Urbanização no Brasil Aula 6

Morfologia urbana: estudo do traçado do plano da cidade.

Fluxo pendular: deslocamento diário de população entre cidades distintas decorrente da centralização de serviços e do mercado de trabalho em determinado centro urbano.

Verticalização: construção de prédios de vários andares.